

Pronunciamento do Deputado Eduardo Campos *

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Venho a esta Tribuna me reportar sobre o” Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América nos lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)”, no Estado do Maranhão, firmado em Brasília no dia 18 de abril de 2000.

Diversos setores da sociedade brasileira têm manifestado preocupação com o destino do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), a exemplo da Federação Nacional dos Urbanitários e do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. Esta Casa também já demonstrou sua inquietação com relação à matéria. Na sessão legislativa passada, por iniciativa da minha companheira do Partido Socialista Brasileiro, a Deputada Luíza Erundina, foi instalada, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática uma Subcomissão para analisar o Programa Nacional de Atividades Espaciais, cuja coordenação coube à própria deputada.

Apesar desse Acordo ainda não ter sido remetido a esta Casa, há uma tentativa de mascarar sua essência ao tentar caracterizá-lo como bom para ambos os países: o governo norte-americano pode usar a Base de Alcântara para lançar satélites de sua propriedade, enquanto o governo brasileiro auferirá recursos financeiros, que supostamente seriam utilizados no seu programa espacial. Entretanto, a verdade não é bem essa, é vergonhosa e estarecedora, especialmente do ponto de vista da soberania nacional.

* Líder do PSB-Partido Socialista Brasileiro, deputado federal pelo Estado de Pernambuco. Discurso lido na Câmara dos Deputados. O ‘Acordo’, que recebeu o número 296/2001, encontra-se desde 8 de maio último na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sendo seu relator o Deputado Waldir Pires..

Atentos as salvaguardas” mencionadas no referido Acordo, constatamos que estamos diante de um crime de lesa-pátria, mais um dentre os inúmeros escândalos do Governo Federal. Vejamos o que diz o Acordo:

1. O governo brasileiro não poderá examinar o material que entrar e sair de Alcântara;
2. É proibido ao governo brasileiro investir, no seu programa espacial, os recursos auferidos em decorrência do Acordo.
3. As “áreas restritas” criadas dentro da Base só serão acessíveis aos norte-americanos;
4. É de exclusividade do governo norte-americano a emissão de crachás para acesso às áreas restritas, bem como a fiscalização diuturna das mesmas.

A subserviência do governo brasileiro se agrava ainda mais quando sabemos que o Brasil já dispõe de satélites que podem ser lançados por foguetes desenvolvidos no país, em campos de lançamentos brasileiros. Tudo graças a pesquisas e tecnologias genuinamente brasileiras.

É muito importante que se diga que, tanto técnica como intelectualmente, nosso pessoal está no mesmo nível do pessoal dos grandes centros de pesquisa espacial do mundo. O que pode ser facilmente constatado nos diversos acordos de cooperação tecnológica com países como a Inglaterra, Alemanha e Suíça.

Além disso, o Campo de Lançamento de Alcântara desperta interesse de uso em diversas nações, devido à sua proximidade com a Linha do Equador e ao clima da região, totalmente favoráveis à atividade de lançamento de foguetes. Como vemos, Sr. Presidente, jogar 40 anos de esforços, até aqui com belíssimos resultados conquistados, no limbo, principalmente quando, cada vez mais, as ciências se tornam força produtiva direta. Mas muito menos devemos seguir a marcha imposta por uma política neoliberal globalizada, sustentada pelo intercâmbio desigual entre os países ricos e os países periféricos, cujo lema é o livre mercado para os países pobres e protecionismo para os países ricos.

Em Alcântara os disparos podem ser feitos em três direções distintas (norte, leste e oeste), sem colocar a população em risco. Já nos demais centros de lançamento (exceto Kourou, na Guiana Francesa), os foguetes precisam realizar uma série de manobras complicadas para colocar um satélite em órbita equatorial, manobras estas que implicam riscos que vão de pedaços de estágios caírem sobre áreas residenciais, até o gasto demasiado de combustível. É o caso, por exemplo, dos centros de lançamento de

Plesestsky, no Ártico, e o de Baikonur, no Cazaquistão, da Rússia e da Ucrânia. Os japoneses podem utilizar suas bases somente durante três meses do ano, para não prejudicar áreas reservadas à pesca. Na China é necessário evacuar a população para evitar acidentes. O Cabo Cañaveral só pode realizar disparos nas direções sul e leste, pois ao norte e ao oeste estão grandes centros urbanos.

Está, portanto, plenamente justificada a matéria do *Correio Braziliense* de 19 de julho de 1999, que diz que “norte-americanos impõem restrições cada vez maiores aos lançadores de países que não pertençam à OTAN”. O que significa “mais um golpe na pretensão brasileira de vender os serviços do Centro de Lançamento de Alcântara” – registra ainda a matéria do *Correio Braziliense* – para em seguida exemplificar que o Departamento de Estado pressiona com retaliação a iniciativa do governo da Itália de criar “uma *joint-venture* entre a Infraero, a Fiat-Avia e as empresas ucranianas Yuzhmash e Yuzhmoiy, com a ameaça de impedir a participação de empresas italianas no seu mercado de satélites, que concentra 70% da demanda mundial”.

Os Estados Unidos tentam justificar sua ingerência alegando a possibilidade de o Brasil repassar tecnologia para a Líbia e o Iraque, como se o mundo inteiro não soubesse quem ataca, financia e arma as guerras fratricidas no Terceiro Mundo, sem falar no desumano e injusto bloqueio a Cuba.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais é de grande importância estratégica. Desde a época dos grandes descobrimentos a geopolítica é fortemente influenciada pelos grandes saltos tecnológicos. A história contemporânea não é diferente, e o Brasil traz consigo o dissabor de dependência econômica e política frente ao mundo, sempre se arrastando na retaguarda da tecnologia. Para nos mantermos no cenário científico mundial somos forçados a um grande fluxo de importação tecnológica, que não desenvolve cérebros aqui, e não ajuda a modernizar nosso parque industrial e tampouco gera empregos para brasileiros.

Não podemos, em hipótese alguma, permitir mais essa ingerência, esse hegemonismo norte-americano nas questões internas do Brasil, que fere a soberania do país e a auto-estima do povo brasileiro. Portanto, cabe ao Congresso Nacional rechaçar esse Acordo infame e lesa-pátria.

Gostaria de encerrar lembrando o poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht:

“E agora que vocês viram no que foi que deu, jamais esqueçam como foi que tudo começou”.